

CÂMARA TÉCNICA DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS ATA DA 6ª REUNIÃO

Data: 23/01/2001

Local: SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, BRASÍLIA/DF

Início: 10:00 h Término: 16:30 h

PARTICIPANTES:

Ministério da Ciência e Tecnologia: Dr. Carlos Oití Berbert (justificou a impossibilidade de comparecer e enviou sugestões p/ e-mail)

Conselho Estadual de Recursos Hídricos - Região Sudeste: Dr. Elcio Linhares Silveira - elciols@uol.com.br

Prestadores de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário: Dr. João Carlos Simanke de Souza - AESBE - jsimanke@ajato.com.br/jsimanke@sabesp.com.br

Ministério da Agricultura e Abastecimento: Dr. Maurício Carvalho de Almeida - mcoliveira@agricultura.com.br

Pescadores e Usuários de Água para o Lazer: Dra. Leila Pereira dos Passos - lppassos@algar.com.br

Indústrias: Dra. Isaura Pinho - isaura@cverd.com.br

Ministério das Minas e Energia: Dr. Oswaldo Baumgartem - baumgartem@mme.gov.br

CONVIDADOS:

Luiz Amore - CAS/SRH/MMA - aquifero.guarani@ig.com.br/amore@tba.com.br

Maria de Lourdes Pereira dos Santos - CVRD - iude@cverd.com.br

Isaac Goes de Queiroz - SRH/BA - isaac@lognet.com.br

Marcelo Taylor de Lima - CVRD - marclima@horiz.com.br

Francisco Antônio Braga Rolim - SRH/MMA - frolim@snirh.gov.br

Agostinho F. Sobreiro Neto - CVRD - afneto@cverd.com.br

João Salles - CPRM - jsrsalles@terra.com.br

Roberto Alves Monteiro - MMA/SRH - roalmonite@uol.com.br

Thomaz Ribeiro Neves - IGAM - trneves@igam.mg.gov.br

Claudio Rodrigues da Silva - SRH/SNIRH - csilva@snirh.gov.br

Relator:

Carlos Frederico Ribeiro Gonçalves - SRH/MMA - carlos-frederico.goncalves@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Dr. Simanke abriu a reunião falando sobre a resolução que trata das diretrizes para gestão integrada das águas subterrâneas aprovada na última reunião ordinária do CNRH, e relatou os elogios feitos pelo Dr. Flavio Barth. Aproveitou ainda para agradecer a participação de todos os membros da CTAS e em especial a colaboração do Dr. Julio Tadeu, Dr. Roberto Monteiro e Dr. Luiz Amore. Dando seguimento à reunião foi colocado em discussão a minuta da ata da 5ª reunião, que foi aprovada sem alterações e encaminhada para divulgação na home page do CNRH. Em relação ao calendário de reuniões, foi proposto um calendário de reuniões ordinárias mais espaçadas, e quando necessário analisar e discutir um tema que por sua importância ou urgência exija que o grupo se reúna, será marcada reunião extraordinária. Ficou acertado então o seguinte calendário de reuniões ordinárias: 14 março - Brasília 23 e 24 abril - Belo Horizonte (Congresso Internacional de Água na Mineração); 16 maio - Brasília 18 julho - Brasília; 25 setembro - Foz do Iguaçu (IV Diálogo Interamericano de Gerenciamento de Águas); 16 outubro - Recife (Encontro Nacional de Perfuradores); 30

novembro - Aracaju (Congresso ABRH). Foi observado que na publicação da Resolução 15, que trata das diretrizes de águas subterrâneas houve erro no processo de revisão, quando substituiu-se a palavra exploração por exploração, por duas vezes, mas os membros da CTAS presentes, decidiram não ser necessário publicação de alteração, pois no caso em referência a palavra exploração pode ser usada no lugar de exploração sem mudança no sentido da frase. Em relação à escolha do representante da CTAS na reunião da CTIL, foi proposto pelo Dr. Simanke e aceito por todos que a Dra. Regina Cancelieri (Conselheiro Suplente do CNRH - representante das Instituições encarregadas da Prestação de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário) e o Dr. Luiz Amore levariam a posição oficial da CTAS em relação ao posicionamento frente aos destaques propostos pela ABRH. Deu-se início aos trabalhos de análise dos destaques propostos pela ABRH, referentes à resolução que trata de outorga. Dra. Maria de Lourdes pede a palavra e propõe que a CTAS analise também as sugestões feitas pela ABAS-PE. Dr. Luiz Amore argumenta que a CTAS tem como estratégia, o detalhamento dos pontos que possibilitem a gestão integrada das águas subterrâneas e que a CTAS deverá elaborar diretrizes específicas para cada um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos. A resolução que trata de outorga, aprovada na última reunião ordinária do CNRH, atende ao princípio de ser ter sido elaborada pela Câmara Técnica específica e tratar de diretrizes gerais. Posteriormente, a CTAS deverá elaborar diretrizes complementares em relação às águas subterrâneas. O Dr. Baumgartem lembra que os efeitos da outorga de águas superficiais são por demais conhecidos enquanto que no caso das águas subterrâneas deve-se ter um maior cuidado, especialmente no tocante a coleta de informações. O Dr. Taylor argumenta que as especificidades e o maior detalhamento deve ser feito pelos estados. Em relação aos destaques propostos pela ABRH e as contribuições da ABAS-PE, a CTAS aprovou a seguinte posição: "A CTAS considera ser da maior importância contribuições que venham incrementar a abordagem das águas subterrâneas nos instrumentos legais em discussão neste CNRH. Para tanto elaborou, e o CNRH aprovou, a Resolução 15 publicada em 12 de janeiro de 2001, que estabelece as diretrizes básicas para a gestão integrada dos recursos hídricos. A CTAS, em sua primeira reunião realizada em 23 de janeiro, estabeleceu seu cronograma de trabalho para 2001 que prevê a elaboração de propostas de detalhamento das diretrizes específicas, em nível nacional, para propiciar o efetivo tratamento integrado das águas subterrâneas nos instrumentos estabelecidos na PNRH. A CTAS acolhe as contribuições apresentadas, que poderão ser objeto de apreciação quando da formulação das propostas acima referenciadas por esta CTAS e/ou dos demais diplomas legais no âmbito dos Estados e do DF. Considera, também, que as contribuições em apreço refogem aos parâmetros delimitados na Proposta de Resolução sobre a Outorga de Uso dos Recursos Hídricos. Enquadram-se no mesmo caso as sugestões encaminhadas pela ABAS-PE. Portanto, esta Câmara entende que esta Proposta de Resolução enfoca a água subterrânea no nível genérico desejado, devendo ser detalhada através de Diretrizes que serão produzidas pela CTAS e serão devidamente encaminhadas às demais câmaras." Dr. Simanke deu seqüência à reunião lendo as sugestões enviadas pelo Dr. Oiti (representante do MCT), por e-mail, tratando sobre quais deveriam ser os próximos passos da CTAS. As sugestões foram bem aceitas por todos e ficou acertado que na próxima reunião tratar-se-á de analisar o que já existe em termos de legislação, em nível federal, em relação a cada um dos instrumentos e definir quais os demais pontos mais importantes ou urgentes a serem trabalhados. Outro ponto a ser trabalhado, trata dos estudos e dados básicos necessários ao tratamento integrado das águas superficiais e subterrâneas que deverão constar dos planos de bacia. O Dr. Simanke levantou a possibilidade de se agregar conhecimento, com a colaboração do Dr. Flávio Barth ou outros especialistas, através de listas de discussões de gestão de recursos hídricos, meio onde se poderia divulgar o trabalho da CTAS, abrir a discussão para a comunidade de recursos hídricos, agregando as contribuições relacionadas as

matérias em análise pela CTAS. Finalizando a reunião o Dr. Simanke agradeceu a presença de todos e afirmou acreditar que o ano de 2001 será tão produtivo como foi o ano de 2000 para a CTAS.

Aprovado em 14/03/2001 na VII Reunião da CT.

João Carlos Simanke de Souza
Presidente

Carlos Frederico Ribeiro Gonçalves
Relator

Aprovada na Reunião de 14/03/2001